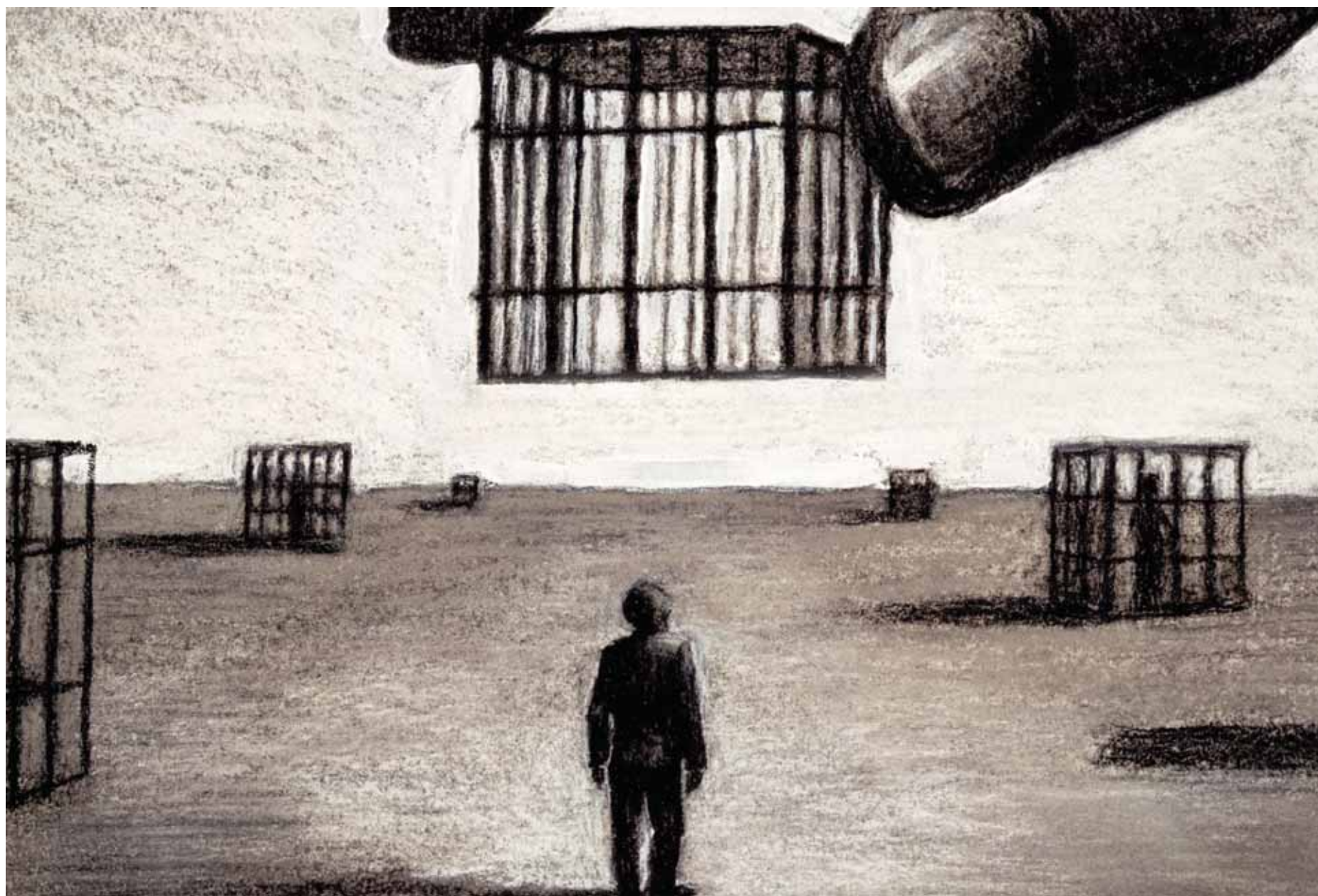


Psicólogos no Sistema Prisional

Profissionais trabalham em um sistema perverso. Confira uma série de reportagens sobre o dia-a-dia e alguns problemas enfrentados por esses psicólogos – páginas 3 a 9



I Seminário de Psicologia e Direitos Humanos debate práticas institucionais – páginas 10 e 11

Informe da Tesouraria do CRP-RJ – página 15

Conselho reúne psicólogos da Região Serrana – página 17

Combate à AIDS: perspectivas e desafios – página 18

TV Pínel faz 10 anos – página 19

Manifestações contra PL do Ato Médico reúnem psicólogos de todo país – página 20

Pelo fim dos “depósitos de esquecimento”

Violência nas práticas de encarceramento: este é o tema da campanha anual das comissões de direitos humanos de todo o Sistema Conselhos (Federal e Regionais), lançado no último dia 10 de novembro. A história dos encarceramentos pressupõe a necessidade de sua visibilidade. Uma história que vem sendo negada, ocultada, silenciada; a história da exclusão, da tortura, da segregação, que o Estado penal trata de instituir.

A desigualdade social, determinante na marginalização de grupos e segmentos sociais, irá ser mantida, através dos “depósitos de esquecimento”: os cárceres. As contínuas violações dos direitos humanos nessas práticas têm sido constantemente denunciadas sem nenhuma perspectiva de mudança anunciada. Consta-se que há um modo de pensamento predominante na sociedade que tem um conteúdo de verdade *a priori* e que só produz mortificação. Para esse pensa-

mento, o encarceramento é a única solução para os chamados desviantes e a punição se tem fim o seu objetivo.

Trata-se de todo um modo de pensar que apóia a vivência do sofrimento, supremo ato de crueldade, a um grande contingente de pessoas e a nenhuma perspectiva, a não ser a perpetuação do estado de sofrimento. Condenamos, pois, as falsas soluções que o Estado propõe para enfrentar esse grave problema quando na realidade sustenta-se a desigualdade, preserva-se a violência institucional, legaliza-se e naturaliza-se o desumano e o degradante.

Vigiar e punir; eis o que a sociedade tem produzido. Aos profissionais de saúde cabe a tentativa de luta pela transformação dessas práticas perversas, investindo em movimentos que instiguem a solidariedade e a cooperação como instrumentos de resistência.

CRP-RJ implementa ações de inclusão junto à categoria

O CRP-RJ quer conhecer os psicólogos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida e aqueles que atuam ou exercem sua prática voltada para pessoas com essas características.

Todos os psicólogos que queiram contribuir com o levantamento a ser realizado pela Comissão de Saúde podem responder às questões abaixo e enviar para a sede do CRP-RJ por e-mail, correio ou fax até o final de janeiro. Os psicólogos podem ainda deixar as questões respondidas na recepção da sede do CRP-RJ.

Essa iniciativa visa a implementação de ações de inclusão junto à categoria. Assim, o CRP-RJ segue o que ficou estabelecido no decreto 5296/04, expedido pelo CFP, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Essa inclusão ocorreria tanto no aspecto físico ou arquitetônico quanto no que diz respeito aos meios de comunicação.

Questionário:

- 1- É portador de alguma deficiência?
- 2- Qual o tipo de deficiência?
- 3- Apresenta mobilidade reduzida?
- 4- Exerce alguma prática com portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida? Qual(is)?

5- Relacione algumas sugestões que considere necessárias para aperfeiçoar o relacionamento do CRP-RJ com psicólogos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Endereço para correspondência:

Comissão de Saúde do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Largo da Segunda-feira – Tijuca

Tel.: 2139-5400

E-mail: comsaude@crprj.org.br

Site: www.crprj.org.br

Esse número estará disponível em meio digital, podendo ser utilizado em softwares, como tais leitores de tela: DOSVOX, Virtual Vision e JOWS

Erramos

● Ratificação: no nosso número anterior, na matéria sobre o transporte social demos uma informação incorreta. Afirmamos que a lei 4.510 peca

por não incluir beneficiários portadores de deficiência mental. O correto seria: a lei 4.510 peca por não incluir portadores de doença mental.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP/RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280 Tel/Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes - *Presidente* - CRP 05/980

Marília Alvares Lessa - *Vice-presidente* - CRP 05/1773

Maria Christina Magalhães Orrico - *Secretária* - CRP 05/927

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - *Tesoureiro* - CRP 05/26077

Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697

Alexandre Bárbara Soares - CRP 05/27167

Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465

Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780

Fabiana Castelo Valadares - CRP 05/28553

José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767

Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346

Maria Beatriz Sá Leitão - CRP- 05/3862

Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027

Noeli de Almeida Godoy de Oliveira - CRP 05/24995

Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474

Carla Silva Barbosa - CRP 05/29635

Cynthia Maria da Costa Losada - CRP 05/16800

Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455

Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833

Nélio Zuccaro - CRP 05/1638

Paula Rebello Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924

Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630

Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287

Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117

Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410

Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos

Alexandre Bárbara Soares

Carla Silva Barbosa

Cecília Maria Bouças Coimbra

Maria Beatriz Sá Leitão

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Liza Albuquerque

Camila Ribeiro (estagiária)

Charges

Carlos Senna

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.

(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Ediouro Gráfica e Editora S/A

Tiragem

26.000 exemplares

Periodicidade

Trimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

As cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

Encarceramento e práticas psicológicas



Negligência governamental e condições hostis de trabalho: esse é o desafio diário enfrentado pelos psicólogos que trabalham no sistema penitenciário. Para dar visibilidade ao trabalho desses profissionais, a Comissão Editorial do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) preparou uma série de matérias sobre o tema que podem ser conferidas nessa edição.

A elaboração desse jornal temático pelo CRP-RJ acompanha a diretriz da campanha nacional de 2006 das

Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, cujo tema é “O que é feito para excluir não pode incluir”. Veja na página 5 como foi o Encontro Nacional dos Psicólogos do Sistema Prisional ocorrido nos dias 10 e 11 de novembro em Brasília, onde foi lançada a campanha, que se posiciona fortemente pelo fim da violência nas práticas de privação de liberdade.

A história, a inserção dos psicólogos no sistema e as dificuldades

enfrentadas por esses profissionais são abordadas na página 4 e 5. A polêmica em torno exame criminológico está na página 6. Na página 7, é possível conferir como foi a passeata dos familiares e amigos de presos ocorrida no dia 18 de outubro no Largo do Machado. O universo do sistema prisional também foi pano de fundo de dois documentários lançados esse ano. Por fim, o psicólogo Manoel Mendonça Filho trata da história do confinamento no Brasil em artigo nas páginas 8 e 9.

Psicólogos no sistema prisional

O trabalho dos psicólogos no sistema penitenciário só foi delimitado de fato com a criação da Lei de Execuções Penais (LEP) em 1984. Mas antes mesmo da promulgação dessa lei os psicólogos já desenvolviam suas práticas principalmente nos manicômios judiciais, hoje chamados de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Nos antigos manicômios judiciais, os estudantes e psicólogos, contratados ou remanejados de outras secretarias do estado, faziam atendimentos a internos e seus familiares, elaboravam pareceres e acompanhavam a evolução do tratamento dispensado aos “loucos infratores”.

Em 1984, a lei 7.210, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP), estendeu para as penitenciárias o campo de atuação do psicólogo e instituiu o exame criminológico e a comissão técnica de classificação (CTC), dispositivos utilizados para fazer o acompanhamento individualizado da pena. Esta comissão é composta por um psicólogo, um assistente social, um psiquiatra, dois chefes de serviço e presidida pelo diretor da unidade prisional.

Princípio da individualização da pena

Um dos princípios norteadores da LEP é o princípio da individualização, que ajusta a execução da pena ao preso condenado. A LEP também instituiu o sistema progressivo de cumprimento de pena (regime fechado, semi-aberto e aberto), que tem a finalidade de reintegrar gradativamente o condenado ao convívio social. Assim, a pena deverá ser cumprida gradativamente em regime cada vez menos rigoroso, até que o apenado receba a liberdade condicional e finalmente a liberação plena. Durante esse tempo, ele deve ser acompanhado por equipe multidisciplinar, cabendo ao psicólogo, em conjunto com outros profissionais que compõem a CTC, avaliar suas condições.

Em 2003, a nova lei 10.792 alterou os artigos 6º e 112 da LEP e, assim, suprimiu o acompanhamento da execução pena pela CTC e o exame criminológico para os benefícios legais do li-

vramento condicional e da progressão de regime, respectivamente, passando a ser exigido, tão somente, a declaração de comportamento carcerário do preso emitida pelo diretor do estabelecimento prisional.

Entretanto, no Rio de Janeiro, este exame continua a ser exigido pelo Juízo da Vara de Execuções Penais.

Alguns aspectos do trabalho do psicólogo

Um dos instrumentos empregados para a avaliação dos presos que ingressam no sistema penitenciário é o exame criminológico inicial, mais conhecido como PIT (Plano Individualizado de Tratamento). A função dessa avaliação psicológica, psiquiátrica e social inicial seria conhecer e identificar suas necessidades, aptidões, interesses e os recursos disponíveis a fim de elaborar um projeto para o preso enquanto ele estiver no sistema penitenciário. “Procura-se saber durante o exame criminológico inicial se o preso tem vontade de estudar, de aprender alguma profissão, se tem algum problema de saúde etc. A ideia do PIT seria acompanhar o preso, onde quer que ele fosse”, disse Cely Salles, psicóloga da Coordenação de Psicologia da Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário (SEAP-TP).

No Rio de Janeiro, o PIT começou a ser implantado no Presídio Ary Franco, unidade por onde ingressam os condenados. No entanto, não alcançou seus objetivos uma vez que a execução penal é determinada prioritariamente pelos objetivos da segurança e a escassez de recursos, tanto materiais como de pessoal, o que torna praticamente utópicas as indicações técnicas feitas pelas equipes.

A CTC deveria se reunir periodicamente para tratar de tudo que diga respeito ao preso: questões relacionadas a estudo, trabalho, visita íntima, pedido de livramento condicional, processos disciplinares etc. “Infelizmente, a CTC hoje se reúne com mais frequência para analisar processos disciplinares. Assim, quando o preso comete alguma infração, a CTC realiza uma espécie de novo julgamento”, disse Cely. Nos casos de processos disciplinares, a Comissão deve elabo-

Foto: Marilene Gouvêia Canção / Concurso de Fotos ARP



rar um parecer final, que, conforme o caso, poderá sugerir ou não a aplicação de uma sanção disciplinar prevista no Regulamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro (RPERJ) ao diretor da unidade, que tomará a decisão final.

Hospitais de custódia

A atribuição do psicólogo nos hospitais de custódia é um tanto diferenciada das atribuições dos outros psicólogos nas demais unidades prisionais. No hospital de custódia, há uma proposta de tratamento para as pessoas que cometem um delito em função de um transtorno mental.

As pessoas consideradas inimputáveis, segundo o artigo 26 do Código Penal, são absolvidas do crime que cometeram e recebem uma medida de segurança, ou seja, de tratamento, que varia de um a três anos. Periodicamente esta medida é avaliada por peritos - psiquiatras que não integram as equipes multidisciplinares que realizam a assistência. Caso julguem que o paciente não esteja em condições de retornar ao convívio social o prazo de sua permanência no hospital de custódia poderá ser estendido.

Essa possibilidade de extensão do prazo da medida de segurança pode assumir o caráter de uma pena de prisão perpétua, uma vez que não há um prazo máximo para a permanência dessas pessoas. “No Brasil, o máximo de pena que uma pessoa pode receber é de 30 anos. Como a medida de segurança não é pena, mas considerada tratamento, você pode estender a perma-

nência da pessoa em caráter perpétuo”, disse o psicólogo André Raymundo de Souza Cardoso, do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo.

Alguns pacientes ficam 20, 30 anos dentro do hospital psiquiátrico, muitas vezes um tempo maior do que aquele que teria ficado se tivesse sido condenado. “Já acompanhei um caso de um paciente em que o próprio juiz determinou que a equipe técnica verificasse a possibilidade de sua desinternação, pois ele já havia passado mais de 30 anos no hospital. O juiz achava inconcebível que uma pessoa permanecesse mais tempo internada do que um outro que tivesse sido condenado por uma pena restritiva de liberdade”, disse Vilma Martins, psicóloga da Coordenação de Psicologia da Sub-Secretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário (SSATP).

Dificuldades enfrentadas pelos psicólogos

Os hospitais de custódia e os presídios podem ser instituições bastante diferentes, mas os psicólogos de cada uma dessas unidades enfrentam problemas similares. Uma queixa recorrente é a falta de assistência que é dada ao egresso do sistema. O Patronato Magarinos Torres é a instituição responsável para dar assistência às pessoas que saem do sistema prisional, mas não dá conta de atender a todos egressos de um sistema que hoje tem mais de 20 mil pessoas presas.

A falta de uma rede de apoio para reintegração social das pessoas cumprindo medida de segurança e de uma articulação com os serviços de saúde mental da rede SUS também são problemas importantes no trabalho com os portadores de transtorno mental.

Além disso, uma queixa específica dos psicólogos dos hospitais de custódia é o distanciamento entre a equipe multidisciplinar dos hospitais

de custódia e os membros da perícia. Durante o julgamento, o juiz pode pedir parecer de um psiquiatra que irá esclarecer se a pessoa que cometeu o delito era capaz ou não de se auto-determinar. Seria importante que a perícia, restrita hoje apenas ao psiquiatra, envolvesse de alguma forma a equipe multidisciplinar.

Projetos diferenciados

Nem todas as ações dos psicólogos estão especificadas na LEP. Muitos exercem atividades diferenciadas voltadas para os internos de sua própria unidade.

Na Penitenciária Talavera Bruce, por exemplo, são realizados atendimentos individuais e em grupo para atender especialmente às internas grávidas e àquelas que estão no “isolamento” como punição por alguma falta disciplinar, trabalho desenvolvido pelas psicólogas Heloneida Néri e Maricy Beda.

No Hospital Central, a psicóloga Márcia Badaró desenvolve um trabalho de saúde a partir da leitura, o que permite aos internos refletir criticamente sobre os acontecimentos de suas vidas, da sociedade e do mundo. Segundo Márcia, a leitura não só proporciona uma ocupação produtiva do tempo, mas também é uma ferramenta para produção de novas subjetividades.

No Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Henrique Roxo, a psicóloga Ângela Conrado desenvolve o projeto do jornal Metamorfose. Todos os textos enviados para o jornal são discutidos e aprovados pelos próprios internos em uma dinâmica de grupo. O jornal começou há nove anos com apenas 500 exemplares de quatro páginas. Hoje, o Metamorfose tem uma tiragem de 6000 exemplares de 16 páginas que circulam em todas as unidades do sistema penitenciário.

Encontro Nacional dos Psicólogos do Sistema Prisional

Nos dias 10 e 11 de novembro, realizou-se em Brasília o Encontro Nacional dos Psicólogos do Sistema Prisional com o tema “Atuação dos psicólogos no Sistema Prisional”, cumprindo assim mais uma etapa do processo iniciado há três meses através da parceria do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) com o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

A parceria foi feita com o objetivo de estabelecer as atribuições, as competências e um programa de formação profissional para todos os psicólogos do país que trabalham nesse campo. Para alcançar esse objetivo, os Conselhos Regionais encaminharam aos psicólogos do sistema prisional dos estados um questionário com a finalidade de mapear as atividades por eles desenvolvidas.

Em seguida, cada Conselho Regional organizou seu próprio Encontro Regional com os Psicólogos do Sistema Penitenciário, que no Rio de Janeiro aconteceu nos dias 21 e 22 de setembro na sede do CRP-RJ. O Encontro Regional contou com a presença de cerca de 80% dos psicólogos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Esta participação expressiva é fruto da organização dos psicólogos da SEAP que, desde 2004, vêm mantendo bimestralmente Fóruns de Debates Permanentes, onde discutem suas práticas.

Os questionários e as propostas resultantes dessas etapas foram então encaminhados ao CFP, que as organizou de modo a serem trabalhadas pelos psicólogos durante o Encontro Nacional. As diretrizes, atribuições, competências e sugestões para a formação do psicólogo do sistema prisional elaboradas durante o Encontro Nacional serão encaminhadas ao DEPEN, órgão que tem como uma de suas atribuições e laborar e executar programas de capacitação para os trabalhadores do sistema penitenciário.

“Este foi um momento único dos psicólogos que atuam no sistema penitenciário, apoiados pelo CFP e seus Regionais, num exercício democrático de consulta aos profissionais que estão na ponta do trabalho”, disse Márcia Badaró, conselheira do CRP-RJ e psicóloga do sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Márcia e outras três psicólogas representaram o CRP-RJ no Encontro Nacional.

Fórum promove integração dos psicólogos do Sistema Penitenciário

Desde setembro de 2004, fóruns permanentes de debates com os psicólogos têm sido realizados pela Coordenação de Psicologia, subordinada, desde abril deste ano, à Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário (SEAP-TP), com o objetivo de promover a integração e a troca de experiências entre os psicólogos do sistema penitenciário.

Já foram realizados oito encontros, sendo que o último deles ocorreu em outubro deste ano.

“Muitos psicólogos estavam há anos no sistema, mas não se conheciam”, disse Cely Salles, Coordenadora de Psicologia. O fórum permanente é um grande encontro em que todos têm a possibilidade de veicular notícias sobre eventos, capacitação, especialização e cursos. Além disso, os psicólogos podem divulgar os trabalhos que vêm desenvolvendo nas unidades e, principalmente, pensar novas práticas para os psicólogos da SEAP-TP.

Juízes ainda pedem exame criminológico extinto em 2003

A Lei 10.792 de 2.003, que deu nova redação à Lei de Execução Penal (LEP), extinguiu o exame criminológico, cujo objetivo consistia na avaliação das condições subjetivas do apenado para usufruir do benefício pleiteado. No entanto, o juiz da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro continua exigindo o exame criminológico com base no artigo 83, § 2º, do Código Penal, o que tem deixado os psicólogos confusos e insatisfeitos.

A nova lei manteve o exame apenas no início da execução de sua pena, que deverá subsidiar a elaboração de um programa individualizador pela Comissão Técnica de Classificação (CTC), formada por um psiquiatra, um psicólogo, uma assistente social, pelo menos dois chefes de serviço e o diretor do presídio. Essa lei instituiu como requisitos para a progressão de regime apenas o cumprimento de pelo menos um sexto da pena no regime em que o preso se encontra e o bom comportamento carcerário, atestado somente pelo diretor do estabelecimento prisional.

Mesmo com a reforma da LEP, alguns juízes ainda pedem esse exame para aferir o comportamento do preso. “A lei extinguiu o exame criminológico, mas os juízes da Vara de Execuções Penais continuam determinando sua elaboração, o que gera uma discussão sobre o assunto”, disse Sérgio Verani, desembargador

do Tribunal de Justiça e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. “No Tribunal, isso é dividido; algumas câmaras criminais entendem que o juiz pode continuar determinando a realização do exame criminológico e outras câmaras, não. No meu entender, a nova lei é clara e o procedimento para exigir o exame é ilegal”, afirmou o desembargador.

Muitos juízes se baseiam no artigo 83, § 2º, do Código Penal para continuar a exigir o exame criminológico, uma vez que o texto estabelece que o mérito do condenado é um dos critérios para a execução progressiva da pena privativa de liberdade. “Acho até que eventualmente o juiz pode pedir uma avaliação do condenado, mas não como uma coisa sistemática, o que violenta a lei que não exige mais esse exame”, disse Verani.

O papel dos psicólogos na execução penal não foi discutido pela categoria durante a elaboração da LEP, em 1984, nem tampouco agora em 2003 quando a lei foi alterada. O parecer psicológico para compor o exame criminológico, que era uma das atribuições do psicólogo, foi concebido como um instrumento auxiliar da “defesa na sociedade”. “A clientela do psicólogo é o preso, seus familiares e os funcionários das unidades. “Nossa preocupação não é a defesa da socie-

dade; não nos cabe isso. Senão acabamos virando polícia”, disse Vilma Diuana, psicóloga da Penitenciária Lemos Brito e membro da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ.

As atribuições dos psicólogos no sistema penitenciário foram um dos temas discutidos no Encontro Regional. Inserido em uma estratégia nacional do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o CRP/RJ encaminhou ao CFP as propostas dos psicólogos do Rio de Janeiro, para que fossem debatidas no Encontro Nacional dos Psicólogos do Sistema Prisional de 11 e 12 de novembro, em conjunto com os psicólogos dos demais estados.

As conclusões desse Encontro resultarão em um documento a ser encaminhado ao DEPEN, no qual estejam estabelecidas as atribuições, competências e diretrizes para cursos de formação para os psicólogos que atuam neste campo. Acreditam os psicólogos que, ao deixarem de realizar os pareceres para o exame criminológico, poderão prestar uma assistência psicológica mais efetiva com práticas voltadas para a emancipação e não para a segregação, afastando-se, assim, das funções de regulação e controle que historicamente assumiram.

Filmes retratam o universo carcerário brasileiro

Dois documentários lançados recentemente enfocam de maneira crítica e sensível a realidade do sistema prisional no Brasil: o longa-metragem “O Cárcere e a Rua”, de Liliana Sulzbach e o curta-metragem “Visita Íntima”, de Joana Nin.

O “Cárcere e a Rua”, ambientado na penitenciária Madre Pelletier, em Porto Alegre, acompanha a vida de três presidiárias: Cláudia, que vai ser libertada após 28 anos de reclusão; Daniela, que acaba de ser presa; e Betânia que, ao ser enviada para o sistema semi-aberto, foge.

O filme é centrado principalmente no processo pelo qual as mulheres passam nos momentos de entrada e saída de uma unidade prisional. Para a diretora do filme, os psicólogos e assistentes sociais deveriam dar maior atenção às pessoas prestes a ser libertadas. “É muito mais difícil sair do que entrar. As pessoas têm que assumir novamente responsabilidade por seus atos

e simplesmente não sabem lidar com isso. Este é o maior paradoxo da cadeia: não preparar para o lado de fora, para a realidade”, diz Liliana.

Já a jornalista Joana Nin, em “Visita Íntima”, aborda os relacionamentos entre presidiários e mulheres livres. A ideia surgiu quando, em 2001, ela cobriu uma rebelião na Penitenciária Central de Piraquara, Curitiba. Do lado de fora, uma multidão de mulheres esperava por alguma notícia de seus namorados ou maridos. Conversando com elas, Joana começou a se interessar pelo assunto, e passou a frequentar constantemente a penitenciária.

Em três anos de pesquisa e coleta de material, a jornalista observou que, em geral, os relacionamentos se iniciam quando os homens já se encontram atrás das grades. Os presidiários que possuem companheiras funcionam como uma espécie de cupido, trazendo irmãs ou vizinhas para conhecer seus amigos. O primeiro contato

costuma ser através de cartas. Joana observou que os detentos que não mantêm relacionamentos tendem a ser discriminados.

Além da parte afetiva, as mulheres e namoradas dos presos também preenchem um vazio material. Como o Estado não arca com os recursos necessários, são elas as responsáveis por trazer alimentos, material de higiene e remédios para seus companheiros.

Joana afirma que não tinha a pretensão de melhorar a questão prisional no Brasil. Queria apenas chamar atenção para o problema, mostrando que ele transcende os muros das penitenciárias. Na verdade, ao optar por não citar os crimes dos detentos ou a realidade dos presídios, a intenção de Joana Nin era fazer um filme essencialmente sobre o amor. “Minha motivação era apenas entender o que leva uma mulher livre a querer estabelecer um relacionamento com um presidiário”, diz ela.

Familiares e amigos de presos se mobilizam

Familiares e amigos de presos das unidades do sistema penitenciário do Rio de Janeiro realizaram no dia 18 de outubro uma caminhada para protestar contra as condições das prisões e pelos direitos dos internos. A “Caminhada da família carcerária por paz e dignidade”, organizada pela Associação de Familiares e Amigos de Presos do Estado do Rio de Janeiro (AFAP), reuniu aproximadamente 500 pessoas no Largo do Machado.

A manifestação, formada em sua maioria por mulheres, saiu do Largo do Machado conduzida por Simone Barros Correia de Menezes, presidente da AFAP, que discursava no carro de som: “Sempre fomos homens e mulheres invisíveis, mas agora temos um rosto. Somos familiares de presos”.

A passeata seguiu em direção ao Palácio da Guanabara, onde uma comissão do gabinete da governadora aguardava os manifestantes para uma audiência. A comissão prometeu analisar as propostas da AFAP em conjunto com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) e a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH).

Segundo Simone Barros Correia de Menezes esta foi a primeira manifestação pública dos familiares e amigos de presos, e o objetivo da caminhada era sinalizar para o governo do estado que o sistema penitenciário precisa de atenção. “Investir no sistema penitenciário é uma estratégia de segurança pública. Precisamos de melhores condições para os presos possam cumprir suas penas e voltar ao convívio social em condições melhores”, disse Simone.

As principais reivindicações dos manifestan-



tes foram: direito a voto do preso custodiado; liberação de verbas para o sistema penitenciário do Rio de Janeiro; implementação efetiva da Lei de Execução Penal (LEP); novo concurso público para agentes de segurança; nova forma de revista corporal não exatória; trabalho nas prisões; capacitação profissional de presos; maior número de vagas nas escolas intra-muros; melhores condições de saúde; assistência jurídica e alimentação adequada.

Para Adriana Martins, diretora da AFAP, a caminhada pacífica foi uma forma dos parentes e amigos de presos se mostrarem para pedir o que é necessário. “O mais importante é trazer todas essas mulheres para a rua e saber que elas podem reivindicar alguma coisa”, disse Adriana. “Elas não precisam ficar se escondendo, nem ser invisíveis.”

Durante a passeata havia representantes de quase todas as 43 prisões do estado. “Independentemente das divergências, todos estão caminhando juntos”, disse Simone.

A caminhada teve também o apoio da Rede

de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. “Várias vezes estivemos juntos com a AFAP, pois acreditamos que a violência dentro do sistema prisional é uma extensão da opressão que se passa dentro da própria comunidade”, disse Maurício Campos, membro da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.

Dalva Lopes de Oliveira, que tem um sobrinho preso na Penitenciária Vicente Piragibe, acha muito importante a realização dessa passeata, mas faz uma ressalva: “Estamos aqui defendendo ladrão de galinha. Os meus a vós já diziam: vocês nunca vão conhecer ladrão de gravata. Só vão presos os ladrões de galinha”.

A AFAP foi criada em 2002 com o intuito de intermediar conflitos e negociações entre os familiares e amigos de presos e o governo. “Somos diplomatas marginais, um grupo de mulheres negociadoras que decidiu defender sua própria causa”, disse Simone. A Associação realiza reuniões mensais com a SEAP e a SEDH. “Fomos para a rua exatamente porque a pauta de negociações não anda.”



Fragmentos para uma história do confinamento do presente no Brasil

Manoel Mendonça Filho*

“Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento precisam estar integrados no sentido de que a participação da cidadania é componente de efetivação de direitos e que desenvolvimento somente tem sentido como efetivação das garantias fundamentais elencadas pelos Direitos Humanos [...] Neste sentido, o caráter do Sistema Nacional de Direitos Humanos exige a construção de condições amplas para que haja uma *nova institucionalidade pública* (estatal e não estatal) a promoção de uma nova subjetividade expressas numa *nova cultura de direitos humanos*.” (Texto Base da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos – Construindo o Sistema Nacional de Direitos Humanos / 2004.p.9 e11.)

Nova cultura e nova subjetividade, o anunciado projeto de ampliação da democracia participativa cria imagens de ações e dispositivos que seriam adotadas e criados por “organismos governamentais” e setores da “sociedade organizada” visando uma *mudança de cultura* orientada pelo paradigma da Cidadania e dos Direitos Humanos.

A complexidade, e decorrente grau elevado de dificuldade, de qualquer processo de mudança cultural é dimensão incontestável inerente à natureza profunda e sedimentar que caracteriza a posição dos valores e crenças em relação aos modos de funcionamento e às práticas cotidianas bem como, evidentemente, a constituição das “estruturas organizacionais”. Isto coloca o problema bem para lá da facilidade com que ele vem sendo propagandisticamente apresentado nos discursos oficiais.

Assim, intervenções relativas aos modos de subjetivação, historicamente constituídos, próprios a uma sociedade, ou segmento desta, sempre foram o desafio em ciências humanas. Está-se aqui em meio a um “fenômeno reticular” processo pelo qual interlocutores formam idéias que não existiam ou dão continuidade àquelas já exis-

tentes, formação e transformação de idéias irreduzíveis às características de um ou outro interlocutor, só e explicáveis pela relação que os constitui (ELIAS, 1994).

No atual momento da sociedade brasileira a violência e a segurança pública são campos permanentemente problematizados e particularmente delicados. Aí, onde as resistências e conservadorismos potencializam a complexidade e dificuldades das mudanças culturais, a questão do *sistema prisional* aparece como sintoma agudo, de difícil entendimento e quase impossibilidade de abordagem direta.

O Sistema Prisional, como todo dispositivo de Estado, tem uma constituição histórica própria vinculada aos problemas de governabilidade e controle de uma certa população em tempo e lugar específicos. Ou seja, como estrutura social historicamente constituída, o Sistema Prisional não deve ser visto como elemento natural da sociedade e sim como dispositivo inventado (FOUCAULT, 1999) sobre um pano de fundo de necessidades específicas de conjuntos de práticas implicadas com o modo de produção e dominação.

Diretamente relacionada com questões de: soberania, uso da força, privação da liberdade e coerção às normas, o Sistema Prisional está, em tese, encarregado da função punitiva do Estado, que modernamente é a crescida da função reintegradora, alinhada com a lógica produtivista de máximo aproveitamento das forças sociais. Assim sendo, espaço de dupla função, **isolamento e reinserção**, o sistema prisional carregaria uma contradição em termos que, mesmo sob condições excelentes de sua operacionalização, e este não é o caso brasileiro, acarretaria problemas políticos e organizativos de orientação das ações dentro do próprio sistema.

A pesquisa atualmente desenvolvida no âmbito do sistema prisional do estado de Sergipe, institucionalizada a partir de um convênio entre a Universidade Federal e a Secretaria de Justiça e que conta com financiamento do CNPQ, partiu da colocação em questão desta contradição entre os termos que definiriam a “função social” do sistema: segregar/re-socializar. Após dois anos

de campo, frequentando todos os níveis organizacionais do sistema, aprendeu-se que uma tal contradição enunciada compõe coerentemente a consecução da função efetiva do sistema prisional, e da própria instituição do encarceramento, que nada tem a ver com re-socialização nem mesmo, em última análise, com segregação.

Muito rapidamente, as conversas com agentes prisionais, técnicos administrativos e gestores de diferentes escalões do sistema nos mostravam a concordância das análises informais feitas pelas pessoas responsáveis pela operacionalização de tais funções com as análises feitas pelas pessoas postas como objetos do sistema na função de “internos”. Ninguém, absolutamente ninguém, com experiência no sistema, quando tomado em uma relação informal em que se sintia minimamente seguro quanto às possibilidades de registro e conseqüências formais de suas declarações, defende, argumenta ou menciona com seriedade a tal função de “re-socialização”.

Em termos de uma análise baseada nos etnométodos (GARFINKEL, 2001) se diria que o uso do termo entre os “*membros da comunidade de falantes do sistema*” é o de uma quase gíria. O termo aparece em segmentos tais como “Ah, mas segundo os princípios da re-socialização...”; “Ô? A gente não tá aqui pra re-socializar?...” em situações que se referem à distância entre o que um grupo de agentes prisionais chamou de o *real* e o *oficial*. Deste modo, o termo “re-socialização” aparece como índice da “farsa oficial” sobre o sistema, um marcador de conversações que sinaliza uma impossibilidade em se seguir com uma linha de argumentação e raciocínio por se ter deparado com o descolamento do discurso em relação à experiência comum, portal do “sem sentido”.

Ainda que oficialmente se diga que a finalidade de socialização pelo trabalho continua presente nos presídios, o que caracteriza as iniciativas de trabalhos para internos é um formato de programas piloto, que não alcança a casa dos 10% (quando muito) e que não resistem mais que o período de uma gestão política. O cuidado com que são montados e divulgados, como se tives-

sem uma abrangência que de modo algum poderiam pleitear, faz pensar que as iniciativas de “re-socialização pelo trabalho” são “fachadas” destinadas unicamente a fazer crer a quem passe por fora do cenário bem montado.

A implementação de programas de trabalho para internas, tal como hoje se articulam, poderia levar às análises a uma crítica da eficiência dos gestores e técnicos ou algo que o valha. Entretanto, pelo tempo que ocupa nos discursos dos gestores e pelos esforços em difundir informações sobre o sucesso de implementação de tais programas faz suspeitar outra coisa. A pista veio da fala de um técnico de segundo escalão:

“É uma sinuca de bico esse negócio de reabilitação pelo trabalho com tanto desemprego, se dentro dos presídios a coisa funcionasse ia ter gente cometendo crime para ter chance de ingressar no programa.”

Ora, é a efetividade da idéia de re-socialização pelo trabalho que fica paradoxal em uma sociedade em que “os dias de pleno emprego estão contados”, como afirma Robert Kurz (1990). Vale dizer que o “desemprego estrutural”, essa noção cunhada pelas ciências sociais para falar da contínua redução dos postos de trabalho, característica da articulação da automatização da produção com o capitalismo financeiro, não é nenhuma novidade.

Depois de aprender a falar na gíria do sistema, a pesquisa viu-se colocada diante da questão da função efetiva do sistema: um confinamento de corpos que não se põe como segregação, uma vez que é o caso de lhes permitir uma vida em separado. Trata-se, antes, de manter tais corpos com a vida em suspenso, em uma latência ancorada na promessa de vida no futuro: pelo alcançar da justiça. Além disso, começaram a surgir traços comuns com outros sistemas cujas funções anunciadas sabidamente não se efetivam: o sistema de saúde pública e o sistema de educação pública.

Em toda a trajetória da história do país Brasil há um vetor invariante, verdadeira constante constitutiva: a concentração de renda. A articulação deste vetor com o advento contemporâneo do capitalismo financeiro, mais especificamente com a dimensão de perda de importância da produção e do trabalho, cria uma situação duplamente perversa que soma à antiga superexploração (corpos que deviam trabalhar cada vez



Foto: José Humberto Gonçalves / Concurso de Fotos ARP

mais com cada vez menos) uma crescente desimportância essencial dos corpos (já não é do trabalho dos corpos que se alimenta a geração de lucro do capital especulativo): desemprego crescente e concentração de renda contínua. A que será que efetivamente se destinam as políticas públicas em um modelo de organização da sociedade assim marcado?

A exclusão, pelo menos no caso brasileiro, é efeito de um encolhimento contínuo do poder de alcance da assim chamada sociedade organizada. O território, coberto pela vigência de direitos e pelo acesso a bens e serviços, é cada vez menor e, literalmente, deixa cair uma cascata de corpos por suas bordas em retração. Os sistemas de saúde pública, educação pública e prisional têm como função efetiva a contenção dos corpos “excedentes” para que não reinvadam e tumultuem o espaço onde os serviços societários ainda funcionam. Jovens com a vida em compasso de espera em uma pseudopreparação para um mercado de trabalho que nunca lhes abrirá suas portas; corpos patologizados, dos mais diferentes modos, aguardando em corredores a saúde antítese do que ali se produz; inconformados aspirantes ao consumo de bens e serviços encaminhados para os “campos de concentração” onde só existirão como corpos matáveis (AGAMBEN, 2002).

O modo de governar que se instaura vive da propaganda de um discurso vazio veiculado como imagem oficial da realidade e da produção

de uma imagem não menos falsa sobre todos os corpos que “sistematicamente” desqualifica. Produz a imagem de pessoas perigosas como justificativa da incompetência em articular e considerar os interesses das pessoas, criando as condições para confinar o excesso de corpos de que não consegue dar conta. O confinamento aparece, desse modo, como a principal marca das assim chamadas políticas públicas do estado brasileiro, efeito óbvio em uma organização social que se define pela invariância histórica da “produção” de concentração de renda.

REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, G. (2002) *Homo Sacer – O Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- FOUCAULT, M. (1999) *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- GARFINKEL, H. (2001) ‘Le programme de L’Etnometodologie’ in FORNEL, M. *L’ethnométhodologie – une sociologie radicale* (p.31a56): DE LA DÉCOUVERTE. Paris, 2001.
- KURZ, R. (1999) *O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

* Manoel Mendonça Filho é psicólogo, professor da Universidade Federal de Sergipe, pesquisador pelo CNPq do Sistema Prisional no Estado do Sergipe e membro da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal do Sergipe.

Psicólogos e direitos humano

Evento realizado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ) nos dias 21 e 22 de outubro apontou para a indissociabilidade entre Psicologia e Direitos Humanos. Muitas pessoas estiveram presentes durante o I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos para discutir práticas políticas cotidianas e institucionais.

Na mesa de apresentação, o presidente do CRP-RJ José Novaes lembrou que há um ano a chapa “Ética e Compromisso Social” foi eleita para compor a XI Plenária. Em sua plataforma da chapa, os direitos humanos seriam o eixo condutor da gestão. “O evento é uma amostra do cumprimento desse compromisso assumido”, disse Novaes. Já Maria Beatriz Sá Leitão, coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e uma das organizadoras do seminário, convidou todos os participantes a refletir sobre a questão dos direitos humanos na contemporaneidade.

Coordenado pela conselheira e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Cecília Coimbra, a mesa de abertura contou com a presença de Hebe de Bonafini e Maria Mercedes de Merono do Movimento das Madres de la Plaza de Mayo, Vera Flores das Mães de Acari e Mônica Cunha das Mães do Desejo (Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas), que discutiram a questão dos direitos humanos na América Latina.

No dia 22 de outubro, o seminário prosseguiu com a mesa “Direitos Humanos,

Neoliberalismo e Práticas Políticas no Cotidiano”. Coordenado por Esther Arantes, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o debate voltou-se para uma crítica das práticas institucionais e a necessidade de reinventá-las.

Para Sérgio Verani, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e professor da UERJ, a violência precisa ser combatida, mas não através da construção de mais presídios, que fragmentam a sociedade e mantêm estruturas de desigualdade. “Não podemos nos deixar ser capturados pelas instituições”, disse Verani.

Heliana Conde, professora da UERJ, Auterives Maciel Júnior, filósofo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Edson Passetti, professor e coordenador do Núcleo de Sociabilidade Libertária (NU-SOL) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) também fizeram considerações, entre outras, sobre instituições.

Para Auterives, existem duas formas de lidar com a instituição: imaginá-la como algo definitivo ou ir além dela. Para ir além, teríamos de deixar de viver em uma sociedade individualista em que cada indivíduo é soberano de si. “É preciso problematizar uma forma de resistir a isso”, disse Auterives. Heliana afirmou a necessidade de organizar resistências à sociedade neoliberal.

Passetti chamou a atenção para o fato de que a resistência ao neoliberalismo foi capturada pelas ilusões democráticas. “Hoje temos direito demais e quanto mais direito temos parece que não temos nenhum”, disse.

À tarde houve exibição do grupo musical Harmonia Enlouquece, formado por usuários e médicos do Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro. Em seguida, apresentou-se o grupo teatral da ONG “Cala Boca Já Morreu”, cujo projeto é educar crianças e adolescentes através dos meios de comunicação.

A mesa de encerramento do Seminário teve como tema “direitos humanos e práticas

institucionais”. Suyanna Linhares Barker, da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ, conduziu o debate com o psicólogo Antonio Lancetti, o historiador José Ribamar Bessa, o psicólogo Luis Antônio Baptista e o psicanalista e analista institucional Osvaldo Saidon.

Coordenador do Programa de Estudos dos

Ao visitar o Rio de Janeiro, a p Plaza de Mayo concedeu ent



Hoje em dia, o grupo ampliou sua luta para uma série de questões, apoiando causas e emprestando seu prestígio para promover a discussão de assuntos que

consideram válidos. Como vocês vêem essa mudança?

Há movimentos que apoiam as Madres e há movimentos que as Madres apoiam. Nós tentamos apoiar todas as lutas sociais, como a luta por emprego ou as reivindicações dos estudantes. À medida que socializamos a eternidade também ampliamos nossa luta. Não ficamos apenas tentando saber quem são os assassinos de nossos filhos. Também acreditamos que os direitos humanos são violados quando uma pessoa não consegue trabalhar ou quando uma criança morre de fome.

Qual a diferença entre o grupo Madres de la Plaza de Mayo e as Madres de la Plaza de Mayo Linea Fundadora?

Em 1986, oito mães saíram do nosso grupo e formaram as “Madres de la Plaza de Mayo Linea Fundadora”. Elas foram embora quando surgiu o tema da reparação econômica, da exumação de cadáveres e das homenagens póstumas.

Para nós, nossos filhos estão desaparecidos para sempre, mas não estão mortos. O desaparecimento forçado de pessoas é um delito que não prescreve, é um delito permanente. Já o as-



s: temos tudo a ver com isso

Povos Indígenas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), José Ribamar abriu a mesa defendendo os direitos lingüísticos, fundamentais para a sobrevivência das mais de quatro mil línguas faladas por minorias étnicas em 70 países do mundo. “Dos 210 idiomas falados do Brasil, 188 são indígenas. Cerca de 70% deles são

Presidente do grupo Madres de Entrevista ao jornal do CRP-RJ

sassinato prescreve. Queremos justiça. Enquanto os assassinos não pagarem pelo que fizeram não podemos aceitar que a vida de nossos filhos tenha preço, que a vida de nenhum jovem tenha preço.

Fale um pouco sobre a Universidade Popular criada pelas Madres que oferece, entre outros, curso de graduação em direitos humanos.

Nós sentíamos que na Argentina pouco se discutia política, que as coisas mais profundas não eram discutidas. Começamos a fazer seminários para debater uma série de questões, e des tiveram um sucesso impressionante. Surgiu a idéia de criarmos uma Universidade. Vários companheiros falaram que iam ajudar, que nós não teríamos muito trabalho.

Começamos com 100 alunos e cinco cursos. Hoje em dia temos 1400 alunos e oferecemos onze cursos, além de estamos num processo de legalização da Universidade. É uma Universidade livre, popular, combativa, revolucionária.

Primeiro, combatemos a dor com luta e depois transformamos a luta em saber, em amor pela educação, pela formação política. É um salto muito grande.

Qual a importância do I Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos realizado pelo CRP-RJ?

O mais importante nesse tipo de encontro é que todos aprendemos um pouco. Os resultados alcançados também são importantes, como os trabalhos que serão realizados no futuro.



falados por menos de mil pessoas”, disse José Ribamar, que ressaltou a importância de a Constituição de 1988 ter garantido aos índios o direito de se alfabetizar em sua própria língua, embora isso não ocorra de fato.

Luis Antônio Baptista, professor de Psicologia Social da UFF, associou a experiência urbana às práticas institucionais de direitos humanos.



Para ele, a barbárie urbana está relacionada com o fenômeno da privatização da existência do ser humano. “Entendemos que podemos renunciar a esse mundo privatizado e estar abertos a outras formas de existência e assim temos a cidade e as práticas institucionais que queremos,” disse.

O psicólogo e psicanalista Antonio Lancetti trouxe sua experiência como gestor. Ex-assessor do Programa de Saúde Mental e ex-secretário da Ação Comunitária de Santos, Lancetti afirmou por que, muitas vezes, é preciso transgredir certos formalismos para implementar ideias inovadoras e, assim, implementar na prática os direitos humanos. “A prática institucional é fundada primeiro na vida e depois na lei”, disse Lancetti.

Por fim, Osvaldo Saidon deu destaque a alguns avanços na área de saúde mental e de direitos humanos. A Comissão Regional de Direitos Humanos está editando o DVD do seminário que será colocado à disposição de movimentos sociais, universidades e grupos interessados.

Passagem do ano

José Novaes*

Mais um ano se finda, e é ocasião para renovarem-se as promessas, para as manifestações desejando boa sorte, os augúrios de melhorias e as inevitáveis prestações de contas. O poeta Carlos Drummond de Andrade assim descreve a “Passagem do ano”.

“O último dia do ano
Não é o último dia do tempo
.....
Beijará bocas, rasgará papéis
Fará viagens e tantas celebrações
De aniversários, formatura, promoção, glória,
doce morte com sinfonia e coral,
Que o tempo ficará repleto e não ouvirá o clamor,
Os irreparáveis uivos
Do lobo, na solidão”.

Não é o caso de continuar a transcrição do poema, que vai se tornando cada vez mais soturno e contundente no desvelar a teia de situações enganosas em que nos enredamos nestas ocasiões. Isto acontece tanto na vida pessoal, nas relações sociais de amizade e amor, como na vida coletiva e institucional; o mais das vezes, é difícil distinguir o que é manifestação sincera daquela meramente protocolar e burocrática. No âmbito da vida coletiva, institucional, provavelmente estas dificuldades se agravam, pelas próprias características que estes ambientes assumem, de relações regulamentadas, normatizadas, padronizadas, até mesmo ritualizadas, com seus regramentos e protocolos.

Seria possível tentarmos a distinção entre estes dois tipos de manifestações de final de ano?

Podemos estabelecer critérios para tal? Cremos que sim; um deles, por exemplo, seria acompanhar historicamente as ações da instituição, avaliadas segundo seus objetivos precípuos e os compromissos neles firmados, com os meios estabelecidos para alcançá-los.

Em número anterior deste informativo, apresentamos brevemente alguns destes compromissos que assumimos com a categoria, e como os conduzimos ao longo de um ano de gestão, a partir de setembro de 2004. Não podemos ser acusados de adotar um tom triunfalista, laudatório e jactancioso; expomos simples e concretamente os fatos.

Ao escrevermos esta mensagem, ao final de novembro, o I Seminário de Psicologia e Direitos Humanos já se realizou – ver detalhes neste número de nosso jornal –, o Encontro Nacional de Psicólogos que atuam no sistema prisional também, com presença marcante do CRP-05, e preparamo-nos para dois outros encontros, ainda este ano, com a categoria: o Trocando em Miúdos, sobre Direitos Humanos e Comunicação, organizado pela Comissão de Direitos Humanos, no dia 02 de dezembro e o Fórum sobre o Título de Especialista da CATE – Comissão de Avaliação do Título de Especialista, em 05 de dezembro. Em todos os eventos o CRP-05 ouviu, respeitosa e democraticamente, a categoria, mas não deixou de apresentar suas idéias e opiniões e, principalmente, sua visão crítica sobre o tema. Não somos uma associação particular, privada, que segue objetivos específicos definidos por interesses individuais ou grupais de seus associados; não somos uma entidade de defesa de interesses de categoria profissional, como um sindicato; somos uma entidade pública, uma autarquia federal, e, somos obrigados a seguir normas, regulamentos, leis e princípios em nos-

sos procedimentos para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia, contribuindo para o desenvolvimento científico e técnico de área e, principalmente, o que é nosso compromisso, em defesa dos direitos e interesses da sociedade, dos usuários e clientes de nossos serviços, especialmente as camadas mais desassistidas da população.

Podemos então agora apontar um possível segundo critério para ponderar a sinceridade dos ditos e atos de nossa instituição e de quem a está gerindo. Não fazemos demagogia, não praticamos clientelismos, não favorecemos pessoas, grupos ou “igrejinhas”; muitas vezes, somos obrigados a dizer, cruamente, que não podemos ajudar a um profissional, ou a um grupo, em seu pleito. Não cabe a nós, não está dentro dos nossos limites, em nosso campo de atuação; não seria apenas inusual, seria irregular ou francamente ilegal. É o caso do uso de nossos espaços – nosso auditório, por exemplo – para fins particulares, de entidades ou grupos privados.

O Conselho vem sendo solicitado a ceder seus espaços para estes fins: eventos de associações ou grupos de estudos, reuniões diversas, até mesmo cursos pagos. A resposta a tais demandas tem sido negativa; informamos, no entanto, que o Plenário do Conselho estuda estes pedidos, com a perspectiva de estabelecer critérios e indicativos pelos quais possa respondê-los.

A condição geral para a construção destes critérios e indicadores já foi apontada acima, mas deve ser lembrada: o CRP-05 é um órgão público federal, uma autarquia especial; não é uma entidade particular, privada, de livre associação, não é sindicato de classe para defender os interesses – trabalhistas, legais etc – de quem a ele se associa. A rigor, o Conselho não deve nem mesmo ser considerada uma instituição dos psicó-

logos, enquanto indivíduos, pessoas físicas, com uma formação e profissão determinadas. É uma instituição da Psicologia, enquanto Ciência e Profissão. Ao incentivar, estimular e promover o desenvolvimento da ciência psicológica, e ao orientar, disciplinar e fiscalizar seu exercício profissional, seguindo os parâmetros para isso estabelecidos - legais, normativos, éticos -, o Conselho está abrigoando, protegendo e defendendo os psicólogos, na medida em que estes se empenhem, em suas atividades, a dirigir seus esforços para a melhoria das condições de vida, saúde e bem-estar de seus usuários, a população brasileira.

Disso decorre o que seria o primeiro critério: os eventos oficiais, do próprio Conselho ou de outros órgãos públicos, devem ser privilegiados e priorizados no uso de nossos espaços. Esse tipo de eventos vem demandando cada vez mais o uso dos espaços. Ocorrem reuniões de Comissões - temos, atualmente, nove comissões constituídas, das quais pelo menos quatro precisam, frequentemente, usar o auditório, ou uma sala de reunião (as Comissões de Ética, de Direitos Humanos, de Saúde, de Licitação). Uma vez por mês, acontece reunião do Conselhinho (os Conselhos Profissionais Regionais); as reuniões Plenárias, uma ou duas por mês; há, também, pedidos de órgãos e instituições públicas municipais, estaduais, federais. A perspectiva é que nossos espaços, na medida em que o CRP-05 atue cada vez mais em sua área própria, no âmbito de Ciência e da Profissão da Psicologia, sejam ocupados por estes eventos.

Os pedidos acima referidos, de entidades particulares, deflagraram oportunamente uma discussão pelos Conselheiros, em reuniões Plenárias. Nelas foi lembrado que uma das orientações políticas de nossa gestão é reativar os contatos e a aproximação com a categoria, que estavam profundamente esgarçadas, tendo sido prejudicadas especialmente pela crise em que mergulhou o Conselho, agravada durante pelo menos dois anos, 2001 e 2002. O CRP-05 começou a superar esta situação em março de 2003, com a As-

sembléia que destituiu o X Plenário, o que exigiu a designação de uma comissão Gestora pelo Conselho Federal de Psicologia. Seria oportuno lembrar que gestões anteriores usavam os espaços do Conselho, órgão público, de forma inadequada, demagógica, clientelista, ensejando um uso particular e privado, de grupos e interesses específicos, de espaços que devem ser públicos.

Estamos, portanto, estudando e tentando estabelecer esses critérios e indicativos para responder a pedidos deste tipo. Não é preciso lembrar que as discussões apontam para os cuidados necessários nesta escolha, para permitir que eles possam impedir favorecimentos e privilégios de qualquer ordem, determinados por interesses pessoais ou grupais, de conselheiros, colaboradores ou pessoas próximas ao CRP-05. Os Conselheiros reafirmam que estas medidas e orientações devem considerar, em primeiro lugar, o CRP-05 como órgão público, seus interesses e necessidades tendo em vista esta sua característica; mas devem também levar em conta os compromissos que assumimos com a categoria, e as práticas políticas que as implementarão. Após tomadas estas decisões,

o CRP-05 as comunicará à categoria, pelos meios à sua disposição.

Desejamos à Psicologia, Ciência e Profissão, maiores avanços em 2006; e, é claro, sinceramente, boas festas e feliz ano novo a todos.

** Conselheiro Presidente do CRP-05*

Agenda

Junho 2006

● VI Congresso de Stress da ISMA-BR e VIII Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho

07 a 09 de junho de 2006.

Local: Porto Alegre (RS)

Foram abertas as inscrições para trabalhos orais

e pôsteres.

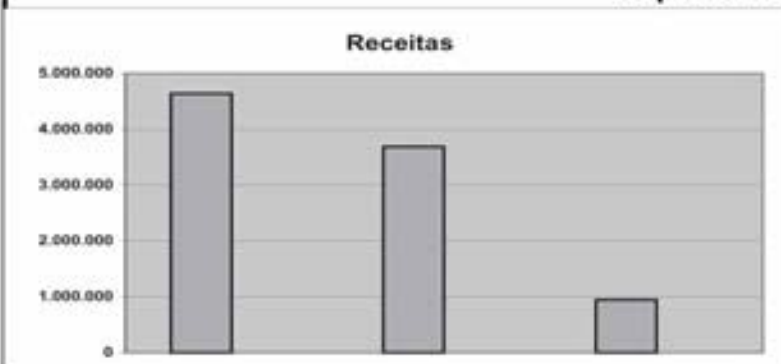
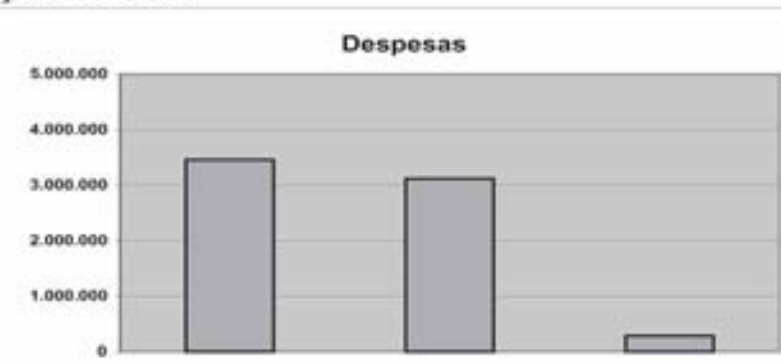
O prazo de inscrição é até 20 de fevereiro de 2006 - As normas para submissão estão no site da ISMA-BR <http://www.ismabrasil.com.br/congresso>

Tel.: (51) 3222.2441

Divulgação:

Ana Holanda - ana.holanda@uol.com.br

CRP-RJ prestando contas

Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região					
Balanco Patrimonial					
Em R\$					
REFERÊNCIAS:	Periodos		REFERÊNCIAS:	Periodos	
ATIVO	jan a out/05	jan a out/04	PASSIVO	jan a out/05	jan a out/04
Ativo Financeiro	2.637.674	2.457.713	Passivo Financeiro	48.560	23.442
Disponível	81.755	29.485	Contas a pagar	0	0
Disponível Vinculado	2.550.811	1.704.133	Consignações	6.030	1.271
Realizável	4.995	723.982	Credores da Entidade	2.282	2.004
Resultado Pendente	113	113	Entidades Públicas Credores	40.248	20.167
Ativo Permanente	2.168.242	1.367.130	Patrimônio (ARL) *	4.757.356	3.801.401
Bens Patrimoniais	1.445.726	1.367.130			
Créditos	722.516	0	* ARL: Ativo Real Líquido	4.757.356	3.801.401
TOTALS	4.805.916	3.824.843	TOTALS	4.805.916	3.824.843
Demonstrativo das Receitas e Despesas					
REFERÊNCIAS:	Periodos em Reais		(*) VARIAÇÕES		
	jan a out/05	jan a out/04	(R\$)	(%)	
Receitas					
Anuidades	3.276.835	3.435.622	-158.787	-5	
Patrimonial	205.832	113.407	92.425	81	
Serviços	133.530	105.003	28.527	27	
Dívida Ativa	937.995	15.196	922.799	6073	
Diversas	84.442	21.777	62.665	288	
Total	4.638.634	3.691.005	947.629	26	
Despesas					
De Custeio	2.264.040	2.066.026	198.014	10	
Pessoal e Obrig. Patronais	1.065.540	963.553	101.987	11	
Material de Consumo	49.289	39.881	9.408	24	
Serviços de Terc. P. Física	20.722	35.369	-14.647	-41	
Serviços de Terc. P. Jurídica	1.051.396	1.027.223	24.173	2	
Diversas Despesas de Custeio	77.093	1.397	75.696	5418	
Transferências ao CFP	1.121.909	924.021	197.888	21	
Investimentos	75.245	128.877	-53.632	-42	
Equipamentos e Materiais Permanentes	75.245	128.877	-53.632	-42	
Total	3.461.194	3.118.924	287.241	11	
Resultado = Receitas - Despesas:	1.177.440	572.081	660.388	106	
Representação Gráfica:					
					
2005	2004	Diferença	2005	2004	Diferença
Nota: Houve um incremento de 26% nas Receitas			Nota: Houve um incremento de 11% nas Despesas		

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2005

José Novaes
Presidente
CRP-05/980

Pedro Paulo G de Bicalho
Conselheiro - Tesoureiro
CRP-05/26.077

Ricardo Bandeira
Gerente Geral
CRC-RJ 050058-3

Informe da Tesouraria

Os conselhos profissionais são autarquias federais, instituídos para mediar os serviços oferecidos por uma profissão à sociedade. Para manter a tarefa de orientação e fiscalização do exercício profissional e propor ações políticas de desenvolvimento e inserção da profissão, os conselhos cobram um tributo anual, previsto em lei. O CRP-RJ, portanto, está submetido aos dispositivos legais que regulamentam esta cobrança.

O valor da anuidade no Conselho Regional de Psicologia é uma decisão tomada em assembleia geral, que define o reajuste da anuidade. Essa assembleia é convocada anualmente por edital e implica toda a categoria profissional na tarefa. Os percentuais de reajuste seguem parâmetros definidos nacionalmente na Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), com-

posta por delegados conselheiros de todos os CRPs. Representando o Rio de Janeiro estiveram presentes, em maio deste ano em Brasília, os conselheiros José Novaes, Cecília Coimbra, Pedro Paulo Bicalho, Christina Orrico, Nélio Zuccaro e Maria Beatriz Sá Leitão. Ficou decidido, nesta reunião, o parâmetro de reajuste das anuidades de 2006 de 8,07%, seguindo o IPCA de abril/05, reajustando as anuidades do conselho a partir da correção monetária anual, reajuste ratificado em nossa Assembleia Orçamentária realizada no dia 29 de setembro, no auditório da nossa sede, na Tijuca.

Queremos que a anuidade a ser paga em 2006, por todos nós, seja revertida em ações que venham fortalecer nossa profissão e que todos participem conosco desta construção. A presença dos

psicólogos na Assembleia Orçamentária é fundamental, não só para votar as anuidades, mas, principalmente, para conhecer e discutir projetos e propostas de atividades previstas para 2006, apresentados no Plano de Metas.

Um dos compromissos por nós assumidos durante a campanha eleitoral foi a transparência financeira. Esta é a razão da publicação do nosso demonstrativo de receitas e despesas, uma prestação de contas com uma linguagem mais acessível. Lembramos, ainda, que a versão completa encontra-se à disposição para quaisquer consultas, em nossa sede. Participe, conheça e opine sobre o que estamos fazendo.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Conselheiro-Tesoureiro

CRP 05/26077

Notas COF

■ Estágio

Os estágios de qualquer natureza, obrigatórios ou não, em qualquer área profissional, estão regulamentados pela Lei 8.859/94, que substituiu a Lei 6494/77. Segundo a lei em vigor, os estágios devem proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

Considerando que os Conselhos têm responsabilidade pela qualidade e tipo de serviço prestado pelo profissional junto à sociedade, os Conselhos de Psicologia também dispõem de normas sobre estágio, no Título IV, capítulo I da Resolução CFP 18/00.

Para garantia da aprendizagem profissional, todo estagiário deve, comprovadamente, estar matriculado e frequentando um curso de Psicologia. O psicólogo supervisor de estágio deve estar inscrito no Conselho Regional da jurisdição

onde exerce a atividade e será responsável pela coordenação e supervisão da utilização dos métodos e técnicas psicológicas e pelo respeito à ética profissional. Além disso, deve ser respeitada a legislação federal específica sobre estágio.

O estagiário não pode ser contratado para realizar o trabalho de um profissional. As atividades a ele delegadas devem ter como objetivo a aprendizagem referente à prática profissional e a natureza didática é garantida por meio da realização de supervisão. A realização do estágio é realizada mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante, a instituição de ensino e a parte concedente, comprovando assim a inexistência de vínculo empregatício de qualquer natureza.

■ Mala Direta

O interessado no serviço de mala direta deve enviar carta à Diretoria deste Regional, contendo o quantitativo de etiquetas requeridas e o público alvo a ser atingido, como, por exemplo,

os psicólogos que residam em determinadas regiões, formados nos últimos anos etc.

O material a ser divulgado será analisado pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), conforme Resolução CRP-RJ 002/97 e Código de Ética Profissional.

Valor da mala-direta: R\$ 0,90 por etiqueta (já incluindo a postagem).

■ Responsabilidade Técnica

Conforme especificado na Resolução CFP 018/00, o responsável técnico é aquele psicólogo que se responsabiliza perante o Conselho Regional de Psicologia para atuar como tal, obrigando-se a coordenar e supervisionar os serviços prestados, zelar pela qualidade dos serviços e pela guarda do material técnico. Deve comunicar ao Conselho Regional o seu desligamento da função ou seu afastamento da pessoa jurídica, devendo manter sua anuidade em dia, como também, estar com todos os documentos atualizados.

Entrevista com Osvaldo Saidon

Trinta anos atrás, o médico, psiquiatra e psicólogo social argentino Osvaldo Saidón divulgou uma prática ainda não desenvolvida no Rio de Janeiro: a Análise Institucional. Nessa entrevista, ele fala sobre as suas atividades e sobre a época em que morou no Brasil.

Conte-nos um pouco sobre a sua experiência profissional e pessoal nos anos em que viveu no Brasil, bem como suas atuais atividades.

Eu e um grupo de colegas fomos embora da Argentina em 1976 por causa de perseguições políticas que a ditadura fazia em diversos setores da vida política e intelectual. Quando chegamos ao Brasil, trouxemos uma experiência de crítica à psicanálise oficial. Começamos com um trabalho de formação de alunos e implementação da nossa própria formação no campo de uma psicanálise alternativa, da sócioanálise e a análise institucional. Esse trabalho culminou na criação no Instituto Brasileiro de Psicanálise Grupos e Instituições (IBRAPSI). A característica desse trabalho é que todos faziam terapia em grupo, o que criou e cimentou uma ideologia da importância do grupal, do institucional, do coletivo, que hoje tem várias derivações na cultura regional e carioca no campo da psicologia. Na época em que ainda estava no Rio, esta cidade foi um dos lugares onde mais se desenvolveu o campo da psicanálise institucional. Havia mais analistas institucionais aqui do que em Paris. Hoje, damos continuidade à prática da análise institucional em Buenos Aires.

A Psicanálise, a Análise Institucional e a Esquizoanálise fazem parte do seu referencial teórico-político. Como você descreveria a dinâmica que exerce?

Uma sessão de terapia que eu faço e uma sessão de terapia convencional não são muito dife-

rentes na aparência. A maior diferença está no que escutamos, no que sublinhamos, onde marcamos a importância, que é muito menos no sintoma e mais na transformação. Prestamos atenção não só na linguagem oral, mas também no gesto. Levamos em conta o corpo em todas as suas dimensões expressivas. Além disso, não temos preconceitos em relação a outros tipos de terapia não-convencionais. A esquizoanálise tem possibilitado mudar uma prepotência da linguagem. O inconsciente não está estruturado como uma linguagem, como dizem os psicanalistas estruturalistas lacanianos. Há, na verdade, um inconsciente produtivo. Se o psicanalista pensa dessa maneira, ele está mais disposto a escutar, a facilitar, a criar mais dispositivos favoráveis à invenção, às multiplicidades, às diferenças. É nesse sentido que essa é uma terapia que acolhe melhor os neuróticos e alguns outros pacientes graves, pois não é condutiva, não diz como deve ser um comportamento, mas possibilita a expressão de todos eles. Isso implica uma ética, como em toda relação terapêutica. Temos de ter cuidado e compromisso com o outro.

Como você vê hoje em dia a questão dos Direitos Humanos e quais as manifestações de resistência neste campo que você aponta como importantes?

Os direitos humanos têm vários níveis de aplicação, mas é importante que as pessoas que trabalhem com saúde mental se comprometam politicamente com a sua prática, seja no trabalho com pessoas afetadas pela tortura, cujos pa-



rentes desapareceram durante a ditadura, ou com pessoas desempregadas, excluídas. A adoção dos direitos humanos pelos psicólogos é como uma politização de nossa prática. É uma forma de usarmos nosso trabalho para transformar a realidade.

Qual são as leituras imprescindíveis para um psicólogo atualmente?

O psicólogo de hoje tem que habitar a contemporaneidade e, portanto, tem que ler literatura e filosofia, assim como tem que ir ao cinema, por exemplo. Porém, o fundamental não é apenas o que o psicólogo lê, mas também como lê. O importante é se afetar e afetar as pessoas com aquilo que se lê.

O que você diria aos psicólogos nos dias de hoje?

A psicologia é um campo de expressão da cultura. Quando tratam e se aproximam das pessoas, os psicólogos são produtores de cultura. Já se passaram quase 30 anos desde que eu estive no Brasil pela primeira vez e agora vejo que o lugar que os psicólogos ocupam hoje na vida cultural da cidade do Rio é muito mais relevante, cultural e politicamente.

Evento em Petrópolis reúne psicólogos da Região Serrana

Os psicólogos de toda a Região Serrana se reuniram na Universidade Católica de Petrópolis (UCP) no dia 7 de novembro para discutir novos campos de trabalho e questões ligadas ao título de especialista. O evento, organizado pela UCP, foi patrocinado pelo CRP-RJ.

O encontro teve início com a diretora da UCP Cléa Zanatta que agradeceu a participação dos estudantes. Em seguida, o presidente do CRP-RJ José Novaes fez uma breve apresentação, em que explicou como funciona o Conselho e como trabalha a atual gestão, que assumiu há pouco mais de um ano.

Logo em seguida, Cláudia Durce Alvernaz, psicóloga da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ, deu início à palestra “Falando do mercado de trabalho do psicólogo: novos campos abertos. O CRP-RJ e a orientação/fiscalização da profissão”.

Cláudia fez uma breve retrospectiva da história da psicologia no Brasil. Em seguida, explicou como funciona a COF, comissão do CRP-RJ que tem a função de fiscalizar e regularizar pessoas jurídicas, além de orientar a categoria de modo geral. Cláudia



lembrou diversas vezes que, na atual gestão, a COF está muito mais preocupada em orientar e acompanhar do que fiscalizar o exercício da profissão.

Por fim, a conselheira do CRP-RJ Ana Lúcia Furtado esclareceu certos pontos sobre a concessão do título de especialista. Ela ainda ressaltou a importância de um evento como esse para o aprimoramento da aproximação entre o CRP-RJ e o restante do estado do Rio de Janeiro. “O objetivo principal do evento é estreitar os laços do Conselho com os psicólogos da Região Serrana, além de mostrar como funciona a nossa atual gestão”, disse a conselheira.

VI Encontro Nacional reitera autonomia do Movimento da Luta Antimanicomial

Cerca de 500 pessoas de todo o Brasil participaram do VI Encontro Nacional do Movimento da Luta Antimanicomial (MLA), que aconteceu de 08 a 12 de outubro em São Paulo. Durante o evento, intitulado “Autonomia do Movimento: fortalecendo ideais, revendo práticas”, consolidou-se um novo segmento do movimento: o de estudantes, que se juntaram aos usuários, familiares e trabalhadores da área de saúde mental.

Diversos grupos temáticos debateram a atenção dada à saúde mental no Brasil através de suas diversas modalidades de assistência e programas de inserção social, a legislação e o financiamento, a formação de recursos humanos e os direitos humanos. Os participantes do encontro também tentaram repensar a

organização e dinâmica do Movimento a partir da experiência de outros movimentos sociais, como o MST e o Grupo Tortura Nunca Mais-RJ que apresentaram suas lutas numa mesa redonda.

As propostas dos grupos temáticos foram discutidas e aprovadas em Plenárias Finais Diárias. Novos representantes do MLA na Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Ministério da Saúde foram eleitos e ficou estabelecido que o Espírito Santo será o estado sede do próximo encontro.

O material produzido pelo VI Encontro será divulgado em breve através de um relatório final. Para outras informações, mande um e-mail para antimanicomial_sp@yahoo.com.br ou antimanicomial_rj@ig.com.br.

Avaliação psicológica em pauta

Desde maio de 2005, o grupo de trabalho sobre os fundamentos, os métodos e as técnicas de avaliação psicológica do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) tem se reunido com o objetivo de discutir o ensino nessa área e sua repercussão na formação dos psicólogos. A partir do início do ano que vem, o grupo, devidamente formalizado, conduzirá uma pesquisa com os professores do Rio de Janeiro e Niterói sobre o ensino da avaliação psicológica em seus diferentes enfoques.

Durante as reuniões, os psicólogos debateram o conceito de avaliação psicológica, tentando esclarecer seus limites e as formas pela qual é realizada. Essa discussão irá fundamentar um estudo que será apresentado no Congresso “Psicologia: Ciência e Profissão” em 2006 na cidade de São Paulo.

Através dos encontros, os psicólogos puderam perceber que na sociedade prevalece a visão de que a avaliação psicológica é apenas o uso de testes, o que não é correto. “O teste é apenas um instrumento da avaliação psicológica. Essa avaliação é um processo amplo e complexo que engloba não só testes, mas também observação, entrevista, análise de documentos etc, que visa o conhecimento de determinada situação”, disse a psicóloga e professora da Universidade Veiga de Almeida Lúcia Helena Jorge Alves.

O grupo é aberto a todos os profissionais interessados no ensino dos fundamentos teóricos e no manejo dos métodos e técnicas psicológicas. Sendo assim, já estiveram presentes docentes das mais diversas Universidades, como UFRJ, Uerj e UVA. Na última reunião levantou-se a necessidade e possibilidade de atrair profissionais – não-docentes – que usam métodos e técnicas psicológicas.

A ideia de formar o grupo surgiu depois que o CFP criou a resolução 02/2003 que prevê a avaliação dos testes psicológicos em uso no Brasil e que tem condições de uso para a realidade brasileira.

Combate à AIDS: Perspectivas e desafios

Entrevista com Margarete Paiva, da Secretaria de Estado de Saúde

Desde a identificação do primeiro caso de Aids no Brasil em 1980, já foram notificados cerca de 360 mil casos até junho de 2004. Segundo dados da Coordenação de DST/Aids, estima-se que cerca de 600 mil pessoas entre 15 e 49 anos estão contaminadas com o HIV no Brasil. Para marcar a luta contra a epidemia de Aids em todo mundo, foi instituído em 1988 pela OMS o dia 1º de dezembro como Dia Mundial de Combate à Aids.

Nessa entrevista, Margarete Paiva, psicóloga da Assessoria de DST/Aids da Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, fala sobre a epidemia de Aids no Brasil e como a Psicologia pode ajudar no seu combate.

Como você avalia, hoje, o panorama da Aids no Brasil?

O panorama da Aids no Brasil nos mostra que embora sejamos considerados um modelo para o mundo, ainda temos muito a avançar tanto nas ações de assistência à saúde quanto naquelas relativas ao incremento dos comportamentos de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (DST) e HIV. Até meados de junho de 2004, já tínhamos 362.364 casos de Aids notificados e o número atual de infectados vivendo com o HIV é estimado em mais de 600.000 indivíduos. Aumentam os gastos com anti-retrovirais e, como cresce o número de infectados, aumentam também as dificuldades para a cobertura dos medicamentos necessários. Fala-se na quebra de patentes para diminuir custos, mas a pressão das indústrias farmacêuticas permanece ganhando essa batalha, fazendo com que o direito à saúde fique em segundo plano frente aos interesses econômicos. Várias nações africanas, com reduzidos índices de indivíduos consumidores dos produtos globalizados, nos dão exemplos contundentes dessa realidade: não existe tratamento e

nem remédios para as pessoas que vivem com HIV/Aids e algumas destas nações praticamente desaparecerão em duas décadas devido ao grande número de óbitos relacionados com a Aids.

Quais os avanços que você identifica nas políticas públicas, principalmente no estado do Rio de Janeiro, com relação ao tema HIV/Aids?

Atualmente temos 44 Programas Municipais de DST/Aids no estado e isto demonstra uma maior preocupação e compromisso com esta temática. Por outro lado, muitos desses Programas são ainda muito incipientes e menos de 15 cumprem regularmente suas contrapartidas para as ações de tratamento e prevenção das DST/Aids, especialmente no que se refere aos medicamentos para as DSTs e preservativos, cujas pactuações acontecem desde 2001/02.

Outro aspecto fundamental é que o número de profissionais implicados com esses programas costuma ser insuficiente para a realização de ações mínimas previstas para a cobertura de suas populações. Mas inegavelmente nos últimos 15 anos tivemos avanços muito importantes e hoje já temos vários pequenos e médios municípios com programas de qualidade, bem estruturados.

Em geral, essa qualidade depende muito do compromisso do gestor local (prefeito e secretários municipais de saúde) com a saúde da população e com o cumprimento das regras e rotinas do SUS.

Já o gestor estadual, também tem deixado várias de suas atribuições sem cum-

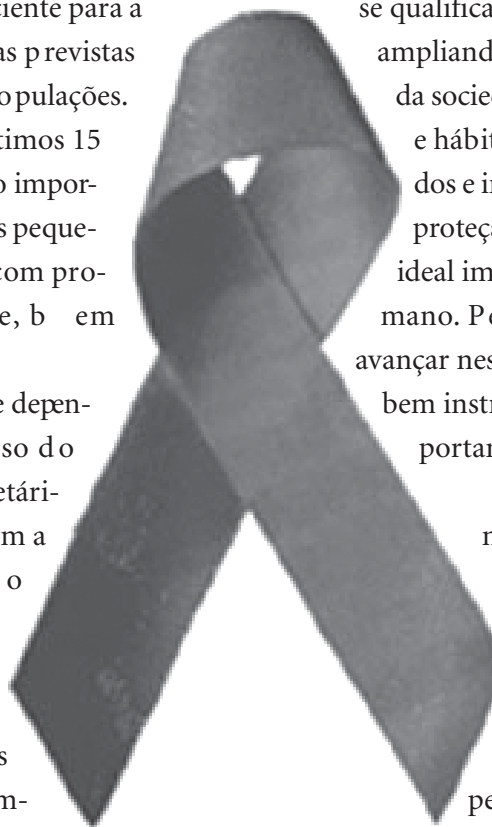
primento ou em atraso, como a relacionada à compra de medicamentos para infecções oportunistas e preservativos, embora venha executando parte das verbas da conquistada Política de Incentivo em DST/Aids com mais agilidade, tendo realizado com sucesso duas grandes concorrências públicas para o financiamento de projetos de prevenção da sociedade civil organizada.

Em relação à oferta da testagem para o HIV, há que se manter aquela campanha do “Fique Sabendo”, pois hoje considero imperativo o sujeito conhecer sua própria condição sorológica. Entretanto, as estruturas laboratoriais são precárias no estado e municípios. Isso faz com que, mesmo no Rio de Janeiro, em alguns serviços, se leve de 3 a 4 meses para se receber o resultado. Isto é um absurdo e de nota a omissão dos gestores.

Quais são os desafios?

Em relação às políticas de prevenção, há que se qualificar melhor as ações desenvolvidas, ampliando as parcerias com vários atores da sociedade civil, para que novos padrões e hábitos sexuais possam ser estimulados e instalados. Estes deverão incluir a proteção contra as DST/HIV como um ideal importante para o prazer sexual humano. Penso que ainda temos muito a avançar nessa direção e acredito que a mídia bem instrumentalizada pode ser uma importante aliada.

É preciso também ultrapassar muitos tabus e preconceitos para que possamos encarar as questões relativas à sexualidade na sua complexidade, considerando as diferenças de poder entre os gêneros, as possibilidades permanentes de criação de novos





padrões de prazer e exercício sexual e muitas outras.

Qual a contribuição que a Psicologia vem oferecendo na abordagem das DST/HIV/Aids?

A Psicologia tem contribuído e tem muito mais a contribuir para a maior qualificação tanto da assistência quanto da prevenção. Em todos os Congressos de DST/AIDS verificamos inúmeros trabalhos que destacam a importância da dimensão subjetiva e muitas pesquisas têm demonstrado as manifestações mais comuns quando se é portador de doenças crônicas, seja na adesão aos tratamentos, nas mudanças de atitudes e comportamentos e na própria capacidade de alterar o projeto de vida, adaptando-o à nova condição.

A psicologia institucional tem oferecido propostas teóricas e técnicas que favorecem uma visão de saúde mais integral e, portanto, mais abrangente, que favorece uma melhor acolhida e suporte ao sujeito em sofrimento. Daí a valorização que hoje damos ao trabalho em equipe multidisciplinar, pois temos absoluta certeza da insuficiência dos saberes isolados para dar conta das múltiplas dimensões do humano.

A pretensão de que a área de saúde se torne auto-suficiente, excluindo outras, chega a ser quase uma ingenuidade em face a tudo o que já se acumulou de conhecimento. Dessa forma, proposições como o Projeto de Lei do Ato Médico só atrapalham os avanços das necessárias construções coletivas para que novos caminhos, mais solidários e tolerantes, possam ser pactuados e efetivados no dia a dia das ações de prevenção e assistência. Afinal, seja na saúde ou na doença, precisamos manter acesa a chama da construção de projetos de felicidade viáveis, que em todas as épocas sempre foram vitais para a sobrevivência humana.

TV PINEL:

Apostando na Liberdade, Arte e Saúde

A TV PINEL completa dez anos de existência em 2006. Fruto de uma parceria entre o Cecipe (Centro de Criação de Imagem Popular) e o Instituto Phillipe Pinel, o projeto visa inserir os usuários da saúde mental no mercado de trabalho, além de fortalecer sua autonomia e fazer com que atuem no próprio processo de cura.

Abordar a loucura de uma forma diferenciada sempre foi um dos principais objetivos do projeto. “Desde o início, a proposta é levar para a tela elementos como liberdade, saúde e arte. Assim, nós nos propomos a construir, junto com os usuários, o que chamamos de uma nova imagem da loucura”, explica Noale Toja, coordenadora de produção da TV PINEL.

Construído nos moldes de um canal comunitário, a equipe da TV conta com funcionários e técnicos do Instituto Phillipe Pinel. A programação inclui entrevistas, reportagens, programas de ficção, sátiras e clipes musicais, sempre com muito humor. Os programas são exibidos no próprio Instituto, em canais educativos e em atividades nas ruas.

Nesses dez anos de existência, a TV Pinel foi



um importante instrumento de intervenção cultural no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Alcançou repercussão na mídia nacional e internacional e recebeu diversos prêmios, o que representou um reconhecimento das potencialidades dos usuários de saúde mental.

Como parte das comemorações pelos dez anos do canal, o Pinel promoveu um concurso para escolha da nova logomarca da TV. (foto à esquerda)

A TV Pinel disponibiliza fitas com programas do canal, além de prestar serviços para quem deseja pesquisar a metodologia de trabalho e o acervo de vídeos, textos e material iconográfico. Outros locais de acesso aos programas da televisão são o Arquivo Nacional e o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

Dia Nacional da Luta contra o Ato Médico reúne manifestantes em todo o país

No dia 19 de outubro, diversos Conselhos Profissionais da área de Saúde (Psicologia, Biologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutricionistas, Serviço Social, Técnicos em Radiologia) e Sindicatos de algumas dessas categorias se reuniram em diversos estados para protestar contra o Projeto de Lei do Ato Médico, que está em tramitação no Congresso Nacional.

O texto do projeto, que já sofreu algumas modificações, ainda condiciona a autorização do médico o acesso aos serviços de saúde e estabelece uma hierarquia entre a medicina e as demais profissões da área. “O projeto como está redigido fere a autonomia das profissões de saúde, retirando a liberdade de escolha do paciente. Não estamos contra os médicos. Só queremos que a saúde não seja tratada como privativa do médico”, afirmou Márcia Badaró, conselheira do CRP-RJ.

No Rio de Janeiro, a concentração foi na Cinelândia, onde os manifestantes entregaram panfletos à população, prestando esclarecimentos sobre o projeto.

Em Belo Horizonte, psicólogos se reuniram na sede do Conselho Regional de Psicologia para protestar contra o Ato Médico. Eles enviaram à Assembleia Legislativa de Minas Gerais um pedido de realização de audiência pública para que

a sociedade também possa participar das discussões que envolvem o projeto.

Em Florianópolis, mais de mil assinaturas foram colhidas em menos de quatro horas por estudantes e profissionais da área da saúde. Eles participaram do protesto no Largo da Alfândega e depois realizaram passeata, que percorreu as principais ruas do centro da cidade. Além disso, também promoveram um “apitão”.

No Recife, cerca de 200 manifestantes tomaram as ruas para protestar contra o projeto. A data marcou também uma paralisação das atividades dos profissionais da área da saúde que aderem ao movimento, com exceção dos atendimentos em casos de urgência e emergência. Após os discursos dos representantes dos Conselhos Regionais contra o conteúdo da proposta em pauta no Congresso Nacional, o grupo saiu em passeata pelas avenidas Agamenon Magalhães e Conde da Boa Vista, num percurso de aproximadamente 5 quilômetros.

Cerca de 500 pessoas participaram do protesto realizado em Curitiba. Dezenas de faixas e cartazes traziam mensagens contra o Ato Médico. Durante a passeata, os manifestantes distribuíram uma carta aberta à população, por meio da qual explicavam o conteúdo da matéria em tramitação no Congresso e as desvantagens que tra-



rá ao sistema de saúde, aos profissionais e à própria sociedade.

Já no Distrito Federal, profissionais e estudantes participaram de mobilizações contra o Ato Médico no Senado Federal. À tarde, 58 profissionais se reuniram com a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) para debater sobre o projeto.

Maria Thereza Rezende, presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia e atual coordenadora do Movimento Nacional Contra o Ato Médico, fez questão de ressaltar, na entrega do documento, que o movimento é contrário à subserviência e à reserva de mercado, mas a favor da integridade e do respeito entre profissionais da saúde. Acompanhe os debates sobre o Ato Médico no site www.naoaotomedico.com.br.

☐ MUDOU-SE
☐ DESCONHECIDO
☐ RECUSADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☐ NÃO EXISTE O Nº INDICADO
☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
PORTEIRO OU SÍNDICO
☐ FALECIDO
☐ AUSENTE
☐ NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ____/____/____

EM ____/____/____
CARTEIRO

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280



Impresso
Especial
050200039-2/2001-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO
...CORREIOS...